

## ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA NA DATA DE VINTE E NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e dez, realizou-se a Trigésima sétima reunião do CEDRAF, nas dependências do Instituto EMATER – Paraná (Rua da Bandeira, 500 – sala de reunião do 1º andar) Estiveram presentes vinte e três conselheiros titulares e um suplente: ANIBAL DOS SANTOS RODRIGUES, da SETI; MERCEDES P. DEMORI, Representante das Mulheres; MARIO PLEFK, da FETAEP; JOSÉ LUIZ SCHWAB, da ARCAFARSUL; NESTOR BRAGAGNOLO da SEPL; WALTER ISRAEL DA SILVA, da APPA; MARIA DA APARECIDA GEFFER, representante dos territórios; AILTON SANTOS DA SILVA do SFA/MAPA/PR; VILMA CUSTÓDIO DOS SANTOS da SETP; GILSON NOGUEIRA FARIAS da SICRED; ELEMAR CEZIMBRA do CEAGRO; OLIVO DAMBROS da UNICAFES; RENI ANTONIO DENARDI do MDA/DFDA-PR; ROBSON L. MAFIOLETTI, da OCEPAR; NILSON HANKE CAMARGO, da FAEP; BENEDITO LUIZ DE ALMEIDA, da EMATER; ALEXANDRE M. SANDRI, do INCRA; MARCOS ROCHINSKI, da FETRAFSUL; SERGIO M. BITTENCOURT da SEMA; EUGENIO MILTON BITTENCOURT, da AMP; EDMIR M. FERREIRA da FEDERAÇÃO DOS PESCADORES; JOÃO CARLOS TORRENS, do DESER; e ERIKSON CAMARGO CHANDOHA, presidente do CEDRAF. Ainda estiveram presentes os representantes de algumas entidades (sem direito a voto) como: NILTON AGNES JUNIOR, representante da AOPA; GIL MARIA MIRANDA do IAPAR; JORGE ARGEMIRO DIAS, representante da CONAB; e convidados. O Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura e Abastecimento ERIKSON CAMARGO CHANDOHA presidiu esta reunião. O Secretário Executivo do CEDRAF, CARLOS ROBERTO BITTENCOURT iniciou com a apresentação dos Conselheiros do CEDRAF e do Secretário da SEAB que preside a reunião pela primeira vez, passando a este a palavra. O Presidente do CEDRAF destacou a importância do desenvolver junto a agricultura familiar, aos assentamentos, aos quilombolas, aos pescadores artesanais, colocando as entidades vinculadas, EMATER, IAPAR, CODAPAR, CPRA, CEASA, com políticas territoriais concentradas onde forem levantadas demandas, também fez referencia aos programas de ATER, da responsabilidade da EMATER e SEAB em desenvolver e priorizar a agricultura familiar. Passa a palavra ao Secretário Executivo do CEDRAF que questiona aos Conselheiros presentes se há sugestões de alteração ou inclusão de pauta. Permanece a pauta inicial sem alterações.

**1- Aprovação da ata da da 36ª reunião do CEDRAF – Aprovada.**

**2- Informes do CEDRAF – 2ª Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural e Solidário, realizada em maio de 2010, aprovada em 2008 no Seminário dos Conselheiros.**

**Objetivo:** realizar uma conferência com a prioridade de se discutir junto aos Conselhos Municipais. A metodologia foi de dois delegados por município, sendo um do Poder Público e um da sociedade civil.

**3- Apresentação da Sra. Mirian (Emater) sobre a 2ª Conferência:** A 2ª Conferência surgiu entre as propostas do Seminário Estadual dos Conselheiros em Faxinal do Céu. A coordenação voltou a se reunir após a realização do Seminário e definiu pela importância de se realizarem essas conferências com o objetivo de reorganizar os Conselhos Municipais e fortalecer os já existentes, promover um debate com a questão do desenvolvimento dos municípios e dos territórios e a partir disso propor políticas públicas territoriais, regionais ou estaduais. A Conferência foi uma promoção do CEDRAF com o SEAB, EMATER, MDA, FETAEP, FETRAF, DESER; com apoio/financiamento da COPEL, BSBIOS, ELETROBRAS, Agência de Fomento do Paraná, Banco do Brasil, SENAR, ITAIPU. Participaram da Conferência aproximadamente 800 pessoas, entre delegados provenientes das Conferências Municipais e convidados. **Objetivo da Conferência:** discutir propostas que possam contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar no Paraná, para que houvesse esse debate e surgissem propostas como as que estão nos

documentos resultantes da 2ª Conferência. Foram feitas avaliações desta Conferência, que em geral foram positivas e nelas constam algumas sugestões com a realização desta Conferência a cada 2 anos. A seguir o Presidente do CEDRAF Sr. Erikson Camargo Chandoha se despede e quem passa a presidir esta reunião é o Secretário Executivo do CEDRAF Sr. Carlos Roberto Bittencourt.

**4 – Seleção dos Territórios para inclusão no Pronat:** Secretário Executivo do CEDRAF Carlos Roberto Bittencourt - Três territórios já foram homologados pelo CEDRAF e encaminhados ao MDA para serem reconhecidos. São eles: Território Rural do Oeste do PR , Vale do Iguaçu e Vale do Ivaí. O MDA informou não haver recursos suficientes, nem condições de de incluir os três no Pronat em 2011. Leitura da correspondência enviada ao CEDRAF pelo MDA, na qual informa a dificuldade de incorporação dos três Territórios e solicita ao CEDRAF que apresente propostas por ordem de prioridade. Compromisso de entrar em contato com os três territórios para que façam na próxima reunião do CEDRAF uma apresentação, para que o Conselho decida a ordem de prioridade. Menção a correspondência recebida do Noroeste, também solicitando a indicação de um território. Relato da importância de se aprofundar as discussões acerca de desenvolvimento territorial ,deixando claro que quando se divide o Estado em Territórios, nem todos que são homologados junto ao MDA para recebimento de recursos. Sr. Reni Denardi – O MDA criou em 2003 a Secretaria de desenvolvimento Territorial, por entender que a abordagem territorial e a estratégia para o desenvolvimento territorial é importantíssima. Todas as iniciativas territoriais tem suas virtudes, portanto são reconhecidas e valorizadas. No âmbito do Ministério há um programa de apoio para isso, o PRONAT, no âmbito desse programa tem um conjunto de recursos, não são muitos, mas se bem utilizados podem fazer alguma diferença. No final deste ano deverá ser aprovada a inclusão de 36 territórios no PRONAT. Houve sugestão da EMATER para separar o reconhecimento dos territórios por parte do CEDRAF e CONDRAF da liberação de recursos do PRONAT, que deverá estar relacionada à concorrência dos melhores projetos de desenvolvimento para o Estado.

**5 – Adesão do CEDRAF ao PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural:** Relação dos documentos que normatizam o credenciamento das entidades que prestam serviço de ATER ligado a recursos do MDA. Anteriormente a homologação de entidades era via MDA, agora quem vai estar homologando é o CEDRAF. No Paraná o credenciamento já está aberto via site do MDA. O credenciamento deve levar em conta a lei número 12.188, o decreto número 7.215 e a portaria MDA número 35. No dia seis de julho a Câmara Técnica de Ater se reuniu na SEAB, são oito entidades que compõem esta câmara, quatro governamentais e quatro da sociedade civil, governamentais: MDA, IAPAR, EMATER e SEAB; da sociedade civil: FETAEP, FETRAF, UNICAFES e ARCAFAR. Sr. Reni Denardi – A lei de ATER e por conseguinte a regulamentação estabelecem um conjunto de normas. Essa lei modifica a lei de licitações, permitindo que para Assistência técnica a contratação seja diferenciada. Qualquer entidade que seja estatutariamente encarregada ou que tenha a previsão estatutária de realizar serviço de ATER, que tenha cinco anos de existência e dois anos de atuação comprovada pode solicitar o credenciamento direto no site do MDA. Uma vez que essa solicitação entra no sistema os conselhos estaduais tem um prazo de trinta dias para aprovar ou não essa solicitação. Se aprovado, essa entidade já estará habilitada a participar das chamadas públicas. Se o conselho não aprovar a entidade poderá recorrer a instâncias superiores. O conselho pode também, caso não ache satisfatória as informações, solicitar diligências, checar informações e pedir para que a entidade esclareça e comprove documentação. Possivelmente a primeira chamada pública, deve acontecer no mês de agosto, específica para os territórios da cidadania. Na sequência, conforme for havendo disponibilidade de recursos, poderão ser realizadas outras chamadas públicas específicas. Sr. Bittencourt – A entidade deve contar em seu quadro

técnico com profissionais multidisciplinar. Esses profissionais devem ser registrados em carteira ou podem ser prestadores de serviço? Sr. Reni – Tem que comprovar que possui estrutura mínima necessária para poder se habilitar, ter uma equipe técnica multidisciplinar e equipamentos técnicos para realizar o serviço. No mínimo três profissionais de três formações distintas, sendo um das ciências agrárias, um das ciências sociais ou humanas. Essa equipe de profissionais deve ser uma equipe própria da entidade, ser uma estrutura permanente, deve haver um vínculo empregatício. Nas chamadas públicas o mesmo profissional não poderá aparecer em duas ou mais entidades. Bittencourt – As entidades que antes estavam credenciadas não estão mais. As prefeituras não poderão ser credenciadas. A documentação será toda digitalizada. A partir daí o Sr. Marcos Rochinski da FETRAFSUL faz um breve relato sobre como era realizada a Ater, e sobre as expectativas trazidas pela nova legislação. Sr. Bittencourt, ainda sobre a documentação necessária ao credenciamento, informa que os profissionais deverão ser registrados nos respectivos conselhos, e as profissões que não possuem conselhos deverão digitalizar o diploma com o registro do MEC. A fraude acarretará descredenciamento e o MDA abrirá ação criminal. Propostas: os conselheiros titulares que quiserem, receberiam uma senha de leitura para poder consultar as entidades que estão solicitando credenciamento e a documentação; O CEDRAF autoriza que a câmara técnica de ATER faça análise da documentação e em nome do CEDRAF homologue o credenciamento, indefira ou solicite correção e/ou diligências. O registro será em ata e apresentada na próxima reunião ao CEDRAF constando as entidades que foram credenciadas, indeferidas e qualquer esclarecimento solicitado pelo CEDRAF - aprovadas pelos conselheiros por unanimidade. A seguir o Sr. Reni fala sobre os **projetos do PRONAT** que já foram encaminhados para Brasília e solicita que os territórios que tenham algum projeto pronto os encaminhe o quanto antes. Sr. Bittencourt – o projeto de habitação rural da prefeitura de Salto do Lontra – O MDA exige a aprovação do Conselho Estadual, no entanto o projeto ainda não foi entregue. O Sr. Bittencourt manifesta a presença de representantes da prefeitura de Salto do Lontra e da COOPERAFI. A COOPERAFI pede a cooperação dos Conselheiros para estarem homologando o projeto que traria benefícios não apenas para Salto do Lontra, como também para municípios vizinhos. Sr. Benedito aponta para o desconhecimento do projeto. Sr. Bittencourt sugere encaminhamento do projeto ao PRONAT, para ser analisado pela câmara técnica que encaminhará ao CEDRAF seu parecer. **6 – Apresentação do PDBR – Política de desenvolvimento do Brasil Rural – Sr. João Torrens:** Houve a apresentação do documento do PDBR aprovado na última reunião do CONDRAF. Neste documento constam propostas para uma visão contemporânea do rural, uma mudança no próprio conceito de rural e uma mudança na forma de planejamento governamental do Estado Brasileiro. Proposta de uma abordagem territorial. A Proposta da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) foi norteada por sete princípios: soberania, sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade, solidariedade e democracia. João Torrens ressaltou que nesta última fase o grupo enfrentou novos desafios, tais como: superar a fragmentação das políticas públicas; mudar o caráter da institucionalidade; ampliar o protagonismo social; e melhorar o funcionamento das institucionalidades. Diretrizes - A PDBR possui quatro diretrizes estratégicas que se complementam e se integram. São elas: Potencialização da diversidade e da multifuncionalidade dos espaços rurais; Dinamização econômica, inovações tecnológicas e sustentabilidade; Qualidade de vida com inclusão social e igualdade de oportunidades; e Fortalecimento do Estado, protagonismo dos atores e gestão social. João Torrens finalizou a apresentação ressaltando que a Proposta da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural requer um marco institucional que considere a intersectorialidade, a complementaridade e a transversalidade das políticas públicas. A seguir, convidados inscritos fazem considerações sobre a importância do PDBR. **7 – Apresentação dos Colegiados em**

**Rede - Ozair e Roseli** – Exposição acerca do conceito de rede, missão e papel das Redes de Colegiados Territoriais. Os princípios são os de articulação, negociação, participação nas decisões e busca de consenso entre os diferentes setores da sociedade civil e do poder público. A rede deve ser composta por todos os Colegiados Territoriais organizados em Redes Estaduais. Destas Redes participam os Colegiados tanto de territórios homologados pelos Conselhos Estaduais/Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável, quanto os que forem reconhecidos como tais por outras instâncias independentes de serem incorporados ao programa desenvolvido pela MDA/SDT. Os objetivos das Redes são colaborar na integração e articulação de políticas e ações governamentais e não-governamentais que resultem na sua eficácia para a realização do desenvolvimento em bases sustentáveis, incentivar e fortalecer os Colegiados Territoriais, apoiando as iniciativas de articulação de caráter estadual, regional e nacional, considerar as definições e encaminhamentos vindos dos colegiados territoriais e retornando a eles, apoiar o processo contínuo de formação e qualificação político/institucional dos membros dos colegiados, nas redes estaduais, a cerca da abordagem de desenvolvimento sustentável e solidário dos territórios, a rede deve constituir um banco de dados, com experiências exitosas e projetos que estejam fortalecendo o protagonismo territorial assim como socializar essas informações sistematicamente. A seguir o Sr. Benedito fala que a discussão de rede ainda levanta muitas dúvidas. A seguir Sr. Bittencourt fala da substituição da Sra. Maria Aparecida como representante dos territórios, podendo os representantes titular e suplente serem indicados pelos colegiados, desde que registrado em ata e com o aval dos colegiados e com mandato de dois anos. **8 - Assuntos Gerais:** Sr. Reni Denardi informou da disposição do MDA organizar o salão da juventude rural. Ozair e Roseli fizeram convite para os conselheiros participarem em 29 e 30 de julho em Guarapuava no encontro do Colegiados Territoriais. Sr. Bittencourt faz o convite para todos participarem e divulgarem a Feira de Sabores do Paraná que será realizada de 14 a 18 de julho no Parque Barigui em Curitiba, também fala da indicação para Conselheiros, se mantém os mesmos ou muda. Há necessidade de envio de ofício, para a Secretaria Executiva do CEDRAF, pela respectiva instituição com indicação para mudança de Conselheiro e indicação para suplentes. Informe de que representantes dos quilombolas e representantes dos indígenas não tem comparecido as reuniões.

Encerra-se a presente reunião e lavrada ata que vai assinada por mim que secretariei e e pelo presidente.

---

Erikson Camargo Chandoha  
Presidente do CEDRAF

---

Carlos Roberto Bittencourt  
Sec. Executivo CEDRAF